

IX Seminário de Pesquisas FESPSP - “Desafios da pandemia: agenda para as Ciências Sociais Aplicadas”.

De 09 a 13 de novembro de 2020

GT 06: Relações Raciais e Étnicas na América Latina e Caribe – Vida, Luta e Resistência em face da Necropolítica.

“PESO”: O MARCADOR SOCIAL INDESEJÁVEL

A INTENSIFICAÇÃO DA MORTE SOCIAL DO CORPO GORDO EM TEMPOS DA COVID-19

Karen Slindvain Florindo¹

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

¹ Graduada em Ciências Sociais e pós-graduanda em Política e Relações Internacionais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP. karenslivain@gmail.com

RESUMO:

A pandemia da Covid-19 elucidou na sociedade brasileira, que o abismo das desigualdades é mediado pelos marcadores sociais, que permitem e negam acessos a direitos básicos. Este artigo propõe-se a discutir um, dos muitos tipos de corpos que são abandonados intencionalmente à morte: as mulheres gordas, a partir do estudo de caso, referente a um leito hospitalar público negado na cidade de São Paulo. São analisadas as agências de controle, estruturadas como ferramentas que regulam corpos a partir do trabalho, da saúde e do “mito da beleza”. Além de investigar como o privilégio epistêmico institui os precedentes para gordofobia e eugenia, embasadas no discurso científico. Dessa forma, tornando a vida dos corpos femininos gordos em uma existência oxímora, de visibilidade invisibilizante, que precisa lutar em todos os aspectos do cotidiano pelo seu direito de viver. É possível concluir que a sociedade ocidental se organiza em torno de um “sujeito universal”, enquanto negligencia cuidados aos corpos que não se adequam ao padrão, mesmo com a exacerbada propagação do coronavírus, que já fez milhares de vítimas.

Palavras-chave: Privilégio Epistêmico, Eugenia, Controle Social, Gordofobia, Marcadores Sociais, Covid-19.

“PESO”: O MARCADOR SOCIAL INDESEJÁVEL

A INTENSIFICAÇÃO DA MORTE SOCIAL DO CORPO GORDO EM TEMPOS DA COVID-19

INTRODUÇÃO

No começo de 2020 até os dias mais recentes, a comunidade internacional enfrenta um novo grande abalo, a pandemia da Covid-19. O cenário brasileiro, que tem avançado rapidamente para níveis críticos, contabiliza mais de 3,7 milhões de casos e aproximadamente 117 mil mortes². O primeiro caso de contaminação notificado foi em São Paulo, e a primeira morte por Covid-19 no país, foi na capital paulista. São Paulo é o estado que mais concentra número de casos, totalizando 776.135 contaminados e 29.194 mortes³. Nesse momento de fragilidade, fica escancarado que o abismo das desigualdades é mediado pelos marcadores sociais, que permitem e negam acessos a direitos básicos.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)⁴, com enfoque na pandemia, é possível compreender que os prejuízos de saúde, trabalhistas e econômicos causados pelo vírus, pesam muito mais sobre mulheres, negros e pobres. Os bairros periféricos⁵ em âmbito nacional, onde nota-se a falta de algum dos pilar de saneamento básico, limitações dos equipamentos de saúde e precariedade nas condições de moradia, são os mais afetados pela Covid-19. 68,3% das pessoas que tiveram um sintoma ou mais da doença, são pretos ou pardos, enquanto apenas 30,3% são brancos. E, dentre 57,8% das pessoas que

² Dados atualizados e disponibilizados no dia 27 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 27 ago 2020.

³ Dados do Estado de São Paulo atualizados e disponibilizados no dia 27 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 27 ago 2020.

⁴ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Covid-19. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27947-divulgacao-mensal-pnad-covid2.html?edicao=28351&t=o-que-e>>. Acesso em: 02 ago 2020.

⁵ Por que as periferias são mais vulneráveis ao coronavírus. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/03/18/Por-que-as-periferias-s%C3%A3o-mais-vulner%C3%A1veis-ao-coronav%C3%ADrus>> Acesso em: 02 ago 2020.

disseram ter contraído mais de um dos sintomas, eram mulheres, ao passo que 42,2% eram homens (IBGE, 2020).

Além disso, existem outros “grupos de risco”, que também passam pelos marcadores gênero, raça e classe. De acordo com o Ministério da Saúde⁶, em pactuação com informações da Organização Mundial da Saúde (OMS), as pessoas acima de 60 anos, pessoas de qualquer faixa etária que tenham comorbidades como: asma e puérperas, cardiopatia, diabetes, doença neurológica ou renal, imunossupressão, obesidade, pneumopatia, entre outras, também são mais afetadas pelo coronavírus.

Foi noticiado na mídia⁷, no final de junho, um caso bastante emblemático na cidade de São Paulo. Uma educadora social, moradora do distrito de Pirituba na Zona Oeste da capital, contraiu o novo coronavírus e foi atendida em uma Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) próxima de sua residência. Como precisava ser internada, já que apresentava sintoma graves, conseguiu uma vaga no Hospital de Campanha do Anhembi. Ao chegar no Hospital, teve o atendimento negado com a informação de que a unidade não tinha condições de atender obesos, uma vez que, não dispunham de macas que suportassem pessoas com mais de 90 kg. Com a negativa, a educadora teve que retornar a UPA e os sintomas se agravaram, até ser encaminhada às pressas para o Hospital Municipal de Pirituba, onde ficou internada por 18 dias e conseguiu se recuperar do vírus.

A Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), uma das administradoras do Hospital de Campanha, em resposta às notícias se posicionou explicitando que existem critérios para entradas, levando em consideração a estrutura física do paciente e do perfil de atendimento da unidade. Na unidade do Anhembi, o perfil de atendimento é para casos de baixa e média complexidade, a educadora apresentava um quadro de saúde grave e com comorbidades, por isso o atendimento negado.

⁶ Dúvidas sobre a Covid-19 - Grupos de risco. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46764-coronavirus-43-079-casos-e-2-741-mortes>> Acesso em: 02 ago 2020.

⁷ Paciente afirma que teve atendimento negado no Hospital de Campanha do Anhembi 'por causa de sobrepeso' - Matéria jornalística do G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/06/22/paciente-afirma-que-teve-atendimento-negado-no-hospital-de-campanha-do-anhembi-por-causa-de-sobrepeso.ghtml>>. Acesso em: 02 ago 2020.

Obesidade é um fator que, aparentemente, deixa os indivíduos mais suscetíveis a pegar o novo vírus, segundo relatórios internacionais sintetizados no “Boletim Epidemiológico”⁸ da Secretaria de Vigilância e Saúde, do Ministério da Saúde. Mesmo assim, não existe auxílio para que esses corpos possam ser assistidos. De acordo com o Código de Ética Médica⁹, Capítulo I – Artigo primeiro, “A medicina é uma profissão a serviço da saúde do ser humano e da coletividade e será exercida sem discriminação de nenhuma natureza”. Contudo, os indicativos históricos apontam que alguns grupos sociais estão marginalizados e sofrem ainda mais com fenômenos, tal qual a exacerbada propagação da Covid-19. Existe uma discriminação com corpos gordos, nomeada de gordofobia, que permite negar esforços para evitar que essas vidas sejam afetadas.

O caso da educadora que teve o leito de hospital negado, não teve grande comoção no debate público, mais um caso explícito de gordofobia negligenciado. Será que em tempos de “normalidade”, essa mulher conseguiria ser atendida nos hospitais com dignidade? Será que as majorias das macas só corportam 90 kg? Quantas mulheres no Brasil hoje pesam 90 kg? O que simbolicamente representa pesar 90 kg? O Estado se preocupa com a saúde de pessoas gordas? Além do acesso à saúde pública, o que mais é negado ao corpo gordo? Os desdobramentos da chegada do novo coronavírus elucidaram a intensificação da morte social do corpo gordo.

Para este artigo, nos interessa discutir um, dos muitos tipos de corpos que são abandonados intencionalmente, pelo Estado e pela sociedade, à morte: as mulheres gordas. A gordofobia, ainda não pautada com a relevância e seriedade necessária, torna a existência de corpos dissidentes do padrão ainda mais vulneráveis a violências simbólicas e literais em tempos de pandemia.

⁸ Boletim Epidemiológico - Secretaria de Vigilância e Saúde / Ministério da Saúde. Disponível em: <<https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/April/12/2020-04-11-BE9-Boletim-do-COE.pdf>>. Acesso em> 02 ago 2020.

⁹ Código de Ética Médica: Resolução CFM nº 2.217, de 27 de setembro de 2018, modificada pelas resoluções CFM nº 2.222/2018 e 2.226/2019 / Conselho Federal de Medicina – Brasília: Conselho Federal de Medicina, 2019. Disponível em: <<https://portal.cfm.org.br/images/PDF/cem2019.pdf>>. Acesso em: 02 ago 2020.

ENTRE “EU” E O “OUTRO”: ENSEJO SOBRE CONTROLE SOCIAL, “MITO DA BELEZA” E CORPO GORDO

A partir de generalizações do perspectivismo ameríndio, ressaltando as inúmeras diferenças entre as sociedades indígenas do Brasil, há um ponto de semelhança. A corporalidade não é vista como experiência “infra-sociológica”, ou seja, pensar o corpo como um mero suporte de papéis sociais ou identidades, mas sim como uma ferramenta, que articula significações da vida social. “O corpo é uma matriz de símbolos e um objeto de pensamento” (SEEGER, DaMATTA & VIVEIROS DE CASTRO, 1979, p. 11). Se faz necessário construir pessoas.

Eduardo Viveiros de Castro, um importante antropólogo brasileiro, explica que o corpo não pode ser apenas encarado como matéria fisiológica:

O que estou chamando de "corpo", portanto, não é sinônimo de fisiologia distintiva ou de morfologia fixa; é um conjunto de afecções ou modos de ser que constituem um *habitus*. Entre a subjetividade formal das almas e a materialidade substancial dos organismos, há um plano intermediário que é o corpo como feixe de afecções e capacidades, e que é a origem das perspectivas. A diferença dos corpos, entretanto, só é apreensível de um ponto de vista exterior, para outrem, uma vez que, para si mesmo, cada tipo de ser tem a mesma forma (a forma genérica do humano): os corpos são o modo pelo qual a alteridade é apreendida como tal (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 128).

Se é no corpo, para os ameríndios, que se enxerga subjetividade e constrói afecções sociais, é possível compreender como as estratégias europeias de verificação de humanidade do “outro” são assimétricas (VIVEIROS DE CASTRO, 1996). Quando Lévi-Strauss (1996), narra a tentativa espanhola de decidir se os “outros” possuíam alma, para os indígenas interessava saber que tipo de corpo tinham os “outros”:

O grande diacrítico, o marcador da diferença de perspectiva para os europeus é a alma (os índios são homens ou animais?); para os índios, é o corpo (os europeus são homens ou espíritos?). Os europeus não duvidavam que os índios fossem corpos; os índios, que os europeus tivessem almas (animais e espíritos também as têm). O que os índios

queriam saber era se o corpo daquelas "almas" era capaz das mesmas afecções que os seus — se era um corpo humano ou um corpo de espírito, imputescível e proteiforme. Em suma: o etnocentrismo europeu consiste em negar que outros corpos tenham a mesma alma; o ameríndio, em duvidar que outras almas tenham o mesmo corpo (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 128).

A filosofia moderna ocidental, estabelecida pela perspectiva cartesiana de “penso, logo existo”, fundamenta processos de colonização e domesticação dos corpos, uma autoridade baseada na cristandade, epistemologia que não se entende como ponto de vista, e sim como dogma, um “marco zero” (CASTRO-GOMEZ, 2003). O mito da “egopolítica” do conhecimento, “um “Eu” que assume produzir conhecimento de um não lugar” (GROSFOGUEL, 2016, p.30), atribuiu aos homens europeus qualidades “divinas” que estabeleceram um privilégio epistemológico sobre os “outros”, estruturando instituições e mecanismos, ditos como universalizantes, para tornar a epistemologia em prática social, *habitus* (BOURDIEU, 1998), e assim, perpetuar o privilégio ao longo dos anos.

Foi no biológico, no que é experienciado pelo corpo, que se investiu a sociedade capitalista (FOUCAULT, 2017). Em uma análise foucaultiana, o controle social não é composto unicamente por ideologias discursivas, tal controle também opera na materialidade, ou seja, aprendemos no corpo qual é a estrutura da sociedade, sentimos quais são os confrontos permanentes, as presenças, ausências e aplicações da “biopolítica”. Incorporamos, coletivamente, uma série de disposições físicas e mentais que nos abdica de singularidade e nos coloca em uma sistemática busca pela padronização que doméstica.

O homem ocidental, usufruindo do privilégio epistêmico, tornou-se a si o “sujeito universal”, o “padrão”, o “Vitruviano” por da Vinci. Uma histórica exaltação do corpo masculino, cisgênero, branco, heterossexual, magro, sem deficiência e de uma alta classe social. Esse autodeclarado “sujeito universal”, que é uma “minorias global” (WELSING, 2004), busca violentamente sua manutenção nos espaços de poder. A ressignificação da diversidade em desigualdade, é feita pelos marcadores sociais da diferença. Os marcadores se articulam como “capital simbólico” (BOURDIEU, 1998) para a negociação de perspectivas sobre a sua própria

subjetividade em confronto direto com subjetividade dos “outros”, atribuindo valores e juízos de valor a esses marcadores, como estigmas sociais – em uma análise goffmaniana ¹⁰(1975) – que privilegiam a existência do “sujeito universal”.

Todos os corpos que possuem marcadores sociais diferentes do que foi posto como modelo a ser seguido, sofrem com opressões estruturais, uma vez que os pilares que estruturam os Estados como conhecemos hoje, fortalecem um único tipo de corpo. Ao longo da história, a ideia de superioridade racial dos brancos para negros, ou submissão da mulher em relação ao homem, são exemplos dessas opressões estruturais.

Apesar da luta feminista ter galgado sucessos na busca por igualdade de gênero, a representação do corpo feminino é sustentada pela biopolítica, que se estabelece pelo controle da sexualidade e reprodução (FOUCAULT, 2015). A base material do patriarcado que sustenta a centralidade do “sujeito universal” não foi destruída com os sucessos do movimento, pelo contrário, continua corpificada (FRANÇA & BRAUNER, 2018). Buscar um respiro de “liberdade”, institui o “mito da beleza”, sendo a beleza um sistema monetário (WOLF, 2018), um “capital simbólico” para ascensão que aprisiona ainda mais todas as mulheres, aprofundando as diversas desigualdades a partir de outros marcadores sociais, além do gênero.

Naomi Wolf (2018) explica que o mito valorativo atribuído às mulheres, baseado em sua aparência física, é um projeto político e econômico de submissão que colabora com a ideia de “corpos domesticáveis”. Difundido como uma pauta estética, que se caracteriza como um crônico descontentamento com o próprio corpo e padrões de comportamento a serem seguidos, o “mito da beleza” não versa sobre mulheres, e sim sobre o privilégio epistêmico, instituições masculinas e a propagação de um tipo de homem no poder.

O Mercado, as indústrias, a consolidação das grandes empresas, as lojas, o marketing e os mais diversos produtos do cotidiano, tudo e todos trabalhando em

¹⁰ “O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, ao que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem” (GOFFMAN, 1975, p. 6).

um perfeito panóptico foucaultiano (2013) de vigia constante e punição dos corpos dissidentes, sustentados por um Padrão Inatingível de Beleza (CURY, 2005). Inatingível, porque existe uma política egoica, um marco zero dogmático que não permite a existência de outras perspectivas (GROSFOGEL, 2016). O padrão exige uma abdicação de si e de todos os marcadores sociais que impõem descrições de corpos, afecções e realidades, para tornar-se o “sujeito universal”. O lucro do auto ódio é um estímulo sistêmico, estrutura fundamental, na dominação dos corpos, principalmente dos corpos femininos.

Alcançar a beleza, baseada na universalidade, tornou-se uma busca pela magreza. O mito torna-se pressão estética, que em prol do que é belo formaliza uma cultura de cirurgias plásticas e das dietas restritivas. Bem como o desenvolvimento recorrente de Transtornos Alimentares (TA): anorexia nervosa, bulimia, ortorexia, vigorexia e etc, em mulheres das mais diversas caracterizações. Todos os indivíduos sofrem pressão estética, mas recai sobre as mulheres os desdobramentos mais severos. E, sobre as mulheres gordas, recai os desdobramentos severos e a gordofobia. A mulher gorda que não investe suas energias em ser magra, vive marginalizada e culpabilizada sistematicamente por “fracassar” na busca pelo padrão (SANT'ANNA, 2016).

UM PROJETO EUGÊNICO: A GORDOFOBIA ESTRUTURAL

Gordofobia se caracteriza como uma discriminação estrutural que leva à exclusão social e, conseqüentemente, passa a negar acessibilidade às pessoas gordas. A estigmatização do corpo gordo é propagada pela cultura e transmitida em muitos contextos e ações do dia-a-dia. Esse prejulgamento acontece por meio de desumanização, humilhação e inferiorização dos corpos (JIMENEZ-JIMENEZ, 2020).

A antropóloga, Maria Luiza Jimenez Jimenez (2020), explica que a existência de uma pessoa gorda é uma perspectiva contra-hegemônica, passando a ser descrita socialmente enquanto fracasso na busca pelo padrão de beleza e saúde – esse tipo ideal atrelado ao corpo magro. Desse modo, se fez necessário que as agências de controle coloquem novamente essa vida na posição de submissão e domesticação. Foi no trabalho e na saúde, somada à beleza, que se estruturou o gerador de exclusão social das pessoas gordas.

Ao longo dos anos é possível analisar que as agências de controle assentam a repressão dos corpos e dos comportamentos lidos como inadequados. Da mendicância a ociosidade, os corpos que emitissem comportamentos dissidentes passam a enfrentar os modelos de encarceramento (FOUCAULT, 2013), não só as instituições prisionais, mas todas as tecnologias de tolhimento, como por exemplo, o trabalho. A Revolução Industrial institui o “corpo máquina” que deve servir ao “sujeito universal”, as relações complexas do capitalismo forjaram uma corporalidade que gira em torno de produtividade, o corpo passa a ser compreendido como força de trabalho. O estigma do corpo gordo ocioso que não gera lucro, fundamenta a gordofobia e o excluí da lógica trabalhista.

Contudo, a exclusão do corpo gordo do mercado de trabalho não é entendida como suficiente para transformá-lo no “corpo máquina”, exigido pela emergência da disciplina capitalista. A percepção social de que as pessoas gordas não se esforçam em seguir o padrão persiste e, para normalizá-lo passa ser patologizado.

Nos campos da medicina, da sociologia médica e da saúde pública há um extenso e controverso debate sobre a patologização do corpo gordo. Apesar das

múltiplas conclusões, o discurso médico é um objeto de normalização (FOUCAULT, 2017) e uma vez que, a obesidade supõe-se como um resultado de transformação no modo de vida social, ou seja, uma alteração da norma (POULAIN, 2013), passou a ser tratada como patologia. Rapidamente, durante os anos de 1920 e 1930, se proliferou as narrativas do corpo gordo como um corpo doente:

Começa-se a fazer uma generalização das doenças em relação à gordura corporal. A gordura se torna uma vilã implacável e traz consigo inúmeras doenças nocivas desde o câncer, o envenenamento, até a intoxicação. Corromperam questões culturais e psicológicas, que se infiltraram nas relações das pessoas e acabaram sendo alvo de opiniões divergentes, de referências éticas e morais até que conseguiram transformar a gordura de um modo extremo “em um mal universal”. O gordo passa a ser uma ameaça estética e vital à sociedade se tornando o doente do século XX. A busca em combater a gordura torna-se o principal objetivo de vários setores da saúde (médicos, nutricionistas, treinadores físicos, etc.) além de pesquisadores, da sociedade e, principalmente, das pessoas. O mal da gordura cai no senso comum. (NECHAR, 2018, p. 5).

Foi na tratativa médica de encarar a gordura como uma problemática social, que a justificava da exclusão e patologização do corpo gordo tornou-se política pública. O discurso eugênico ganhou espaço e validação científica para que os corpos gordos fossem constantemente atacados e suscetíveis a desassistência do Estado. A autora Nancy Leys Stepan (2005) descreve a eugenia como:

Em termos práticos, a eugenia encorajou a administração científica e “racional” da composição hereditária da espécie humana. Introduziu também novas ideias sociais e políticas inovadoras potencialmente explosivas – como a seleção social deliberada contra indivíduos supostamente “inadequados”. (STEPAN, 2005, p.9).

Sem nenhum tipo de romantização, existe uma estigmatização tão profunda e violenta sobre os corpos gordos, que não há interesse sobre o debate da saúde real dos mesmos. Todos os corpos estão passíveis de adoecimento (CANGUILHEM, 2011), vivemos adoecendo e nos curando de inúmeras enfermidades. A OMS, em 1948, define “saúde” como compromisso por “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”. Então, preocupar-se com a saúde de corpos gordos precisa

ultrapassar as barreiras físicas, pois não podemos separar corpo e mente. A notificação do sobrepeso, identificado pelo Índice de Massa Corporal (IMC), não significa necessariamente que esse indivíduo estará sem saúde, ou sem condições de realizar qualquer atividade da vida social.

Não há avanços na estruturação de cuidado e respeito com pessoas gordas. O marcador da diferença “peso” se tornou indesejável, porque passa sob um lugar de morte social. Não existem políticas de acessibilidade, auxílio ou visibilidade positivada, o que resta a essas pessoas é a desumanização, fruto do projeto eugênico e do privilégio epistêmico. Ser gordo é experienciar um abandono concreto da vida em sociedade. Quando casamos o marcador peso com o marcador social de gênero, é possível observar que para as mulheres há uma necessidade de ser magra, para que dessa forma, consiga experienciar o mínimo de humanidade.

Em meio à pandemia da Covid-19, a obesidade entra para a lista de fatores que deixa indivíduos mais suscetíveis ao contágio do vírus. As caracterizações sociais de uma pessoa gorda levam à conclusão imediata de saúde debilitada e assim, entram para os grupos de risco sem investigações mais rigorosas, uma vez que está posto a condição de vida inadequada desse corpo. Entretanto, quando uma mulher, diagnosticada com obesidade, tem o atendimento negado em um dos hospitais públicos preparados para cuidar exclusivamente de vítimas do coronavírus, por qual motivo não tinha macas que suportassem pessoas com mais de 90 kg?

Surge mais uma problematização: além de identificar e estigmatizar os “grupos de risco” existe alguma preocupação em dar assistência para essas pessoas ou vivenciamos apenas a “normalidade da eugenia” (STEPAN, 2005).

CONCLUSÃO

Vivemos em uma sociedade que incentiva as mulheres a perseguirem a beleza, mais do que suas carreiras profissionais ou projetos políticos e sociais, o lugar de prestígio é reduzido em alcançar o padrão. “O mito da beleza combateu as novas liberdades das mulheres transpondo diretamente para o nosso corpo e nosso rosto os limites sociais impostos para a vida da mulher” (WOLF, 2019, p.388). E, por mais que existam tentativas de interromper a difusão do mito ou ainda que freá-lo, as mulheres precisam desincorporar anos de controle social, para talvez experimentar alguma liberdade concreta.

A exaltação da magreza fundou um medo sistemático em engordar, que é racionalizado e calculado pelas instituições de controle. Tornar-se e manter-se magra passou a ser um sentimento necessário para garantir a saúde, afirmada como uma demonstração normal e legítima de autopreservação, uma prova social de autoestima (SANT’ANNA, 2016). O corpo gordo feminino é obrigado a se reinventar na interação consigo mesmo e com o mundo (JIMENEZ-JIMENEZ, 2020), porque sua existência é uma afronta ao padrão e a tudo que é esperado da feminilidade.

O novo coronavírus traz à tona inquietações sobre quais são as vidas válidas e quais são inadequadas na sociedade brasileira. Quem pode usufruir de um leito hospitalar público e quem será deixado a “ver navios”. Podemos esperar responsabilidade de um Estado que nega a gravidade da pandemia? E mais importante, em algum momento será possível problematizar a “egopolítica” do conhecimento, adotar outras perspectivas frente às desigualdades evidenciadas e propor uma nova sociedade que respeite todos os tipos de corpos?

O marco zero do pensamento cartesiano não nos deixa experimentar outras perspectivas. O privilégio epistêmico designa a ideia de “identitarismo”, como ficou conhecido do Brasil a “política de identidades” (ALMEIDA, apud. HAIDER, 2019), para menosprezar os corpos dissidentes, que tentam sobreviver as agências de controle. Os marcadores sociais que traduzem os demonstrativos de alteridade (VIVEIROS DE CASTRO, 1996) e os mecanismos de distinção (BOURDIEU, 1998), são usados como tecnologias de identificação da diferença para perpetuar

desigualdade. Revivemos diariamente o mesmo diálogo da colonização, os indivíduos que possuem “alma” e merecem as benesses do Estado, em confronto com os indivíduos que são reduzidos a corpos e experimentarão as políticas de morte.

O corpo gordo feminino se equilibra no fio da vida, refém de uma metáfora cruel que vai da morte social ao suicídio. Ou segue socialmente abandonado, morto, por manter-se “gordo” ou trilha uma dolorosa caminhada suicida para chegar ao padrão, sabendo que nunca estará satisfeito. Sabendo que sua vida ainda é uma “existência oxímora¹¹”, de visibilidade invisibilizante: todos podem ver o corpo gordo, mas fingem não enxergá-lo. Talvez os corpos dissidentes nunca tenham suas existências reconhecidas pelo Estado, e talvez, isso não seja a grande solução das mazelas sociais. Em diagnóstico pessimista, parece não ser possível viver plenamente em uma sociedade que espera que todos tenham a “alma” do “sujeito universal”, mesmo sabendo que isso é impossível.

¹¹ Oxímora é o feminino de oximoro. Oximoro é um substantivo masculino, recurso retórico, figura em que se combinam palavras de sentido oposto que parecem excluir-se mutuamente, mas que, no contexto, reforçam a expressão (p.ex.: obscura claridade, música silenciosa); paradoxismo.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Os três estados do capital cultural**. 1979. Escritos de Educação. Trad. De Magali de Castro e Maria Alice Nogueira. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

CANGUILHEM, Georges. **O Normal e o Patológico**. Edição: 7ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2011.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La hybris del punto cero: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)**. Univ.Humanist., Bogotá, n.62, p.447-454, Dec. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-48072006000200018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 ago 2020.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio**. Mana, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-144, Oct. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 ago 2020.

CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CURY, Augusto. **A ditadura da beleza e a revolução das mulheres**, Editora: Arqueiro, São Paulo, 2005.

FRANÇA, Karoline Veiga; BRAUNER, Maria Claudia Crespo. **O CORPO FEMININO SOB UMA PERSPECTIVA FOUCAULTIANA: RUMO À CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DAS MULHERES NO BRASIL**. VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade. Rio Grande: Universidade Federal Rio Grande, 2018. Disponível em: <<https://7seminario.furg.br/images/arquivo/236.pdf>>. Acesso em: 02 ago 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder (1926-1984)**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

GOFFMAN, Erwing. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1975.

GROSGOUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. Soc. estado., Brasília, v. 31, n.1, p. 25-49, 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100025&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 ago 2020.

HAIDER, Asad. **Armadilha da Identidade: raça e classe nos dias de hoje**. Tradução de Leo Vinicius Liberato. Prefácio de Silvio Almeida. Coleção Baderna - São Paulo: Veneta, 2019.

JIMENEZ-JIMENEZ, Luisa, Maria. **Lute como uma gorda: gordofobia, resistências e ativismos**. 2020. Doutorado (Programa de Pós Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea – ECCO) – Faculdade de Comunicação e Artes da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Cuiabá, MT, Brasil. Disponível em:

<<https://documentcloud.adobe.com/link/track?uri=urn%3Aaid%3Aascds%3AUS%3A56c7b40e-031c-4a3e-ae94-452f721fa4b4>>. Acesso em: 02 ago 2020.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. Trad. Rosa Freire d'Aguiar, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

NECHAR, Assuf, Patrícia. **Diversidade de Corpos: A Ascensão do Corpo Gordo Através das Artes, Redes Sociais e o Movimento Plus Size**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Joinville – SC, 2018. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1009-1.pdf>>. Acesso em: 02 ago 2020

POULAIN, Jean Pierre. **Sociologia da Obesidade**. São Paulo: Senac, 2013.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Gordos, magros e obesos: uma história do peso no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 2016.

SEEGER, Anthony, DaMATTA, Roberto. & VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras**. Boletim do Museu Nacional n. 32, 1979. MIMEO. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2843918/mod_resource/content/1/seeger_matta_castro_1979_pessoa.pdf>. Acesso em: 02 ago 2020.

STEPAN, Nancy Leys. **A HORA DA EUGENIA: RAÇA, GÊNERO E NAÇÃO NA AMÉRICA LATINA**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005. 228 p. (Coleção História e Saúde).

WELSING, Frances Cress. **The Isis papers: The keys to the colors**. CW Publishing, 2004.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.